

Diário do Legislativo de 30/10/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - RESOLUÇÃO

2 - ATAS

2.1 - 97ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2.2 - Solenidade Realizada na 96ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear o Lions Clube - Distrito LC-4

2.3 - Reunião de Comissões

3 - MATÉRIA VOTADA

3.1 - Plenário

4 - ORDEM DO DIA

4.1 - Comissão

5 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

5.1 - Comissão

6 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

7 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

8 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

9 - ERRATA

RESOLUÇÃO

Resolução Nº 5.323, de 29 de outubro de 2009

Dispõe sobre a incidência de juros de mora nos débitos oriundos da conversão de vencimentos e proventos e da complementação de pensão em Unidade Real de Valor – URV – de que tratam a Resolução nº 5.216, de 12 de agosto de 2004, e o art. 5º da Resolução nº 5.305, de 22 de junho de 2007.

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º – Os juros de mora incidentes sobre os débitos oriundos da conversão de vencimentos e proventos e da complementação de pensão em Unidade Real de Valor – URV – de que tratam a Resolução nº 5.216, de 12 de agosto de 2004, e o art. 5º da Resolução nº 5.305, de 22 de junho de 2007, atualizados nos termos dos arts. 6º a 10 da Resolução nº 5.314, de 18 de julho de 2008, serão apurados mediante a aplicação de juros simples sobre o saldo devedor apurado mês a mês, calculados na forma do disposto nesta resolução e em regulamento da Mesa, aplicando-se:

I – 1% (um por cento) ao mês até agosto de 2001;

II – 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês a partir de setembro de 2001 até a data de quitação da totalidade do saldo devedor decorrente

do débito de que tratam a Resolução nº 5.216, de 2004, e o art. 5º da Resolução nº 5.305, de 2007, atualizados nos termos dos arts. 6º a 10 da Resolução nº 5.314, de 2008.

§ 1º – O débito relativo aos juros de mora apurado na forma do "caput" será atualizado pelos índices da Tabela de Fatores de Atualização Monetária da Corregedoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a partir do mês de competência em que se fez devida cada parcela de juros de mora até o penúltimo mês anterior ao da liquidação da totalidade do saldo devedor de juros de mora.

§ 2º – No dia 1º do mês da liquidação da totalidade do saldo devedor de juros de mora, deve-se utilizar, relativamente ao último mês anterior a esse, para fins de atualização monetária, em substituição ao índice previsto no § 1º deste artigo, o índice de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento).

§ 3º – É vedada a incidência de juros de mora sobre juros de mora acrescidos ao saldo devedor na apuração do débito de que trata o § 1º deste artigo.

Art. 2º – O Presidente e o 1º-Secretário, na qualidade de ordenadores de despesa, com base no crédito anual autorizado no orçamento da Assembleia Legislativa, fixarão o montante mensal para fins de pagamento do débito a que se refere o § 1º do art. 1º desta resolução, em parcelas mensais constituídas por:

I – parcela fixa mensal individual no valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais), salvo na hipótese de pagamento de saldo devedor de valor inferior;

II – parcela variável proporcional ao saldo credor de cada beneficiário a título de juros de mora, calculada na forma de regulamento.

§ 1º – Os ordenadores de despesa fixarão a data do início do pagamento da parcela fixa de que trata o inciso I do "caput" deste artigo conforme a disponibilidade financeira e orçamentária da Assembleia Legislativa.

§ 2º – O pagamento da parcela variável de que trata o inciso II do "caput" deste artigo terá início no mês subsequente ao da quitação total dos débitos decorrentes do disposto na Resolução nº 5.216, de 2004, e no art. 5º da Resolução nº 5.305, de 2007, atualizados nos termos dos arts. 6º a 10 da Resolução nº 5.314, de 2008, devidos aos beneficiários que tenham celebrado a transação judicial ou o acordo extrajudicial de que tratam essas resoluções até a data fixada no § 1º deste artigo.

§ 3º – Os ordenadores de despesa, no mês de dezembro, poderão alterar o valor da parcela fixa de que trata o inciso I do "caput" deste artigo, de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária da Assembleia Legislativa.

Art. 3º – É vedado o pagamento do débito de que trata esta resolução a interessado que não tenha celebrado a transação ou o acordo de que tratam a Resolução nº 5.216, de 2004, ou o art. 5º da Resolução nº 5.305, de 2007, salvo decisão judicial que garanta o direito do recebimento administrativo independentemente de acordo ou transação.

Art. 4º – No pagamento do débito de que trata esta resolução será considerado o caráter indenizatório dos juros de mora incidentes sobre as diferenças decorrentes da conversão da moeda em URV pagas com atraso.

Art. 5º – O "caput" do art. 3º da Resolução nº 5.216, de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º – O débito apurado na forma do art. 2º desta resolução será pago em até 144 parcelas mensais consecutivas, de valor variável conforme a disponibilidade financeira e orçamentária da Assembleia Legislativa, observado o disposto no parágrafo único deste artigo e nos arts. 4º e 5º desta resolução."

Art. 6º – Ficam revogados o art. 13 da Resolução nº 5.115, de 29 de maio de 1992, e o art. 4º da Resolução nº 5.118, de 13 de julho de 1992.

Art. 7º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 29 de outubro de 2009; 221º da Inconfidência Mineira e 188º da Independência do Brasil.

Deputado Alberto Pinto Coelho – Presidente

Deputado Dinis Pinheiro – 1º-Secretário

Deputado Hely Tarquínio – 2º-Secretário

ATAS

ATA DA 97ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 28/10/2009

Presidência do Deputado Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios e telegrama - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.919 a 3.927/2009 - Projetos de Resolução nºs 3.928 e 3.929/2009 - Requerimentos nºs 4.900 a 4.926/2009 - Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos (5) e dos Deputados Ruy Muniz, Délio Malheiros e Sávio Souza Cruz e outros e Padre João - Proposições não Recebidas: Requerimento do Deputado Ademir Lucas - Comunicações: Comunicações das Comissões de Saúde, de Educação (2), de Turismo, do Trabalho e de Fiscalização Financeira e dos Deputados Elmiro Nascimento (2) e Carlos Pimenta - Oradores Inscritos: Discursos da Deputada Rosângela Reis e dos Deputados Carlos Pimenta, Padre João, Paulo Guedes e Juarez Távora - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Decisão da Presidência - Palavras do Sr. Presidente - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimento dos Deputados Ruy Muniz, Délio Malheiros e Sávio Souza Cruz e outros; deferimento - Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.556/2008, 2.962, 3.149, 3.300 e 3.515/2009 e do Projeto de Resolução nº 3.841/2009; aprovação - Votação de Requerimentos: Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e do Deputado Padre João; aprovação - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos; questão de ordem - Requerimento

do Deputado Domingos Sávio; deferimento; discurso do Deputado Domingos Sávio - Questão de Ordem - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Ademir Lucas - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmolo Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Doutor Ronaldo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Sérgio Antônio de Resende, Presidente do Tribunal de Justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.390/2009, do Deputado Inácio Franco.

Do Sr. Célio César Paduani, Corregedor-Geral de Justiça, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.510/2009, em atenção a pedido da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.510/2009.)

Do Sr. Alberto Duque Portugal, Secretário de Ciência e Tecnologia, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.634/2009, da Comissão de Educação.

Da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 4.331/2009, do Deputado Braulio Braz, e 4.635/2009, da Comissão de Educação.

Da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.666/2009, em atenção a pedido da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.666/2009.)

Do Sr. Joaquim de Assis dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Bueno Brandão, dando ciência da mudança de endereço da sede desse Legislativo.

Do Sr. Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.423/2009, da Comissão do Trabalho.

Do Cel. PM Cezar Romero Machado Santos, Corregedor da Polícia Militar, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.464/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Cel. PM Cezar Romero Machado Santos, Corregedor da Polícia Militar, solicitando seja remarçada para o dia 29/10/2009 a audiência pública da Comissão de Direitos Humanos para a qual foi convidado, prevista para o dia 22/10/2009. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Raimundo Cândido Júnior, Presidente da Seção de Minas Gerais da OAB, agradecendo voto de congratulações pela passagem do Dia do Advogado, formulado por esta Casa em atenção a requerimento do Deputado Duarte Bechir.

Do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil, encaminhando notas técnicas relativas aos Projetos de Lei nºs 3.747, 3.720, 3.692, 3.764, 3.685, 3.641, 3.628, 3.624, 3.608, 3.607, 3.587 e 3.583/2009, em atenção a pedidos da Comissão de Justiça. (- Anexem-se o ofício e as notas técnicas aos respectivos projetos.)

Do Sr. Fabrício Torres Sampaio, Subsecretário de Transportes (4), prestando informações relativas aos Requerimentos nº 4.616, 4.617, 4.620 e 4.633/2009, das Comissões de Participação Popular e de Transporte.

Do Sr. Gilmar de Assis, Secretário Executivo do Procon Estadual, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.442/2009, do Deputado Weliton Prado.

Do Sr. Josué Costa Valadão, Secretário de Governo de Belo Horizonte (2), prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.189/2008, do Deputado Wander Borges, e ao requerimento da Comissão de Turismo encaminhado por meio do Ofício nº 2.016/2009/SGM.

Do Sr. Renan Pereira e outros, Vereadores da Câmara Municipal de Teófilo Ottoni, manifestando a esta Casa apoio à proposição que tende à regulamentação do transporte alternativo intermunicipal. (-Anexe-se ao Projeto de Lei nº 540/2007.)

Do Sr. Frederico Pacheco de Medeiros, Secretário-Geral do Governador do Estado, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.553/2009, do Deputado Ademir Lucas.

Do Sr. Luiz Carlos Ferreira, Subcorregedor de Polícia Civil de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.303/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Rosani A. Araújo, Coordenadora de Logística e Execução da Divisão de Convênios do Ministério de Ciência e Tecnologia (2), prestando informações relativas à liberação de recursos para os convênios que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Rosi Matos, do Consulado-Geral do Uruguai em Belo Horizonte, encaminhando ofício do Sr. Carlos Amorim, Embaixador do Uruguai no Brasil, em que comunica a impossibilidade de seu comparecimento a audiência pública da Comissão Extraordinária de Integração ao Parlamento do Mercosul, em 15/10/2009. (- À Comissão Extraordinária de Integração ao Parlamento do Mercosul.)

Do Sr. Gilson José Ximenes Abreu, Presidente do Conselho Nacional do Café, agradecendo a esta Casa o apoio ao setor agropecuário do País, em especial aos Deputados Carlos Mosconi, Presidente da Comissão de Saúde, e Antônio Carlos Arantes, Vice-Presidente da Comissão de Política Agropecuária, pela presença de ambos na reunião da Organização Internacional do Café em Londres. (- Às Comissões de Saúde e de Política Agropecuária.)

TELEGRAMA

Da Sra. Marisa Serrano, Senadora da República, informando a impossibilidade de seu comparecimento à audiência pública da Comissão de Educação para debater o Projeto de Lei nº 4/2008. (- À Comissão de Educação.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.919/2009

Dispõe sobre o direito a informações de registros de ligações na telefonia pré-paga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Incumbe aos prestadores de serviço de telefonia móvel, na modalidade pré-paga em operação no território do Estado, disponibilizar, através de seu endereço eletrônico, a possibilidade de o usuário de linhas pré-pagas terem acesso a relatórios mensais de suas ligações originadas e tarifadas.

Parágrafo único - Terão direito a esse serviço, as linhas de aparelhos móveis ou aparelhos residenciais que operam no sistema pré-pago.

Art. 2º - O descumprimento do disposto nesta lei sujeita os infratores à penalidade prevista na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de outubro de 2009.

Dinis Pinheiro

Justificação: Trata-se de legislação que normatizará o acesso a informações, que é um direito do consumidor. O relatório das chamadas telefônicas pré-pagas não trarão custos às empresas de telefonia, haja vista que não resultará em despesas de correspondência ou emissão desse extrato, e sim permitirá ao usuário consumidor ter acesso unicamente ao relatório de chamadas do telefone que lhe pertence, já que essa consulta será exercida através do "site" das empresas, por meio eletrônico, com senha pessoal, através de cadastramento do usuário consumidor.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.920/2009

Declara de utilidade pública a Associação Evangélica Beneficente do Bairro dos Milagres, com sede no Município de Inhaúma.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Evangélica Beneficente do Bairro dos Milagres, com sede no Município de Inhaúma.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de outubro de 2009.

Juninho Araújo

Justificação: A Associação Evangélica Beneficente do Bairro dos Milagres, com sede no Município de Inhaúma, é uma entidade civil sem fins lucrativos e com duração por tempo indeterminado. Sua diretoria é formada por pessoas idôneas, que nada recebem pelo exercício de suas funções. Tem por finalidade expandir o evangelho de Jesus Cristo através de projetos artísticos e culturais, filantrópicos e missionários; além de criar, manter e promover congressos, convenções, seminários teológicos, frentes missionárias, educandários e obras sociais em parceria com as Igrejas Evangélicas, empresas públicas e privadas. Infelizmente, vivenciamos uma época de extrema violência, em que as pessoas se encontram voltadas para o capitalismo e o mundo material, deixando de lado a busca pela evolução espiritual; por isso se faz mais que oportuno que se declare de utilidade pública estadual a referida entidade, razão pela qual, conto com a anuência dos nobres colegas.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.921/2009

Declara de utilidade pública a Ação de Assistência Social Filadélfia de Itabira - MG, no Município de Itabira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Ação de Assistência Social Filadélfia de Itabira - MG, com sede no Município de Itabira.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de outubro de 2009.

Sargento Rodrigues

Justificação: A Ação de Assistência Social Filadélfia de Itabira - MG, constituída por tempo indeterminado, é uma pessoa jurídica de direito privado, de caráter beneficente e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira e pleno e regular exercício desde 1º/3/97.

A Ação de Assistência Social Filadélfia de Itabira - MG tem por finalidade priorizar ações voltadas para a assistência social; desenvolver atividades de cunho espiritual, socioeducativo, cultural e profissional; desenvolver programas de orientação, capacitação e atualização; organizar treinamentos, palestras, debates, seminários, congressos e cursos; promover programas de voluntariado; integrar-se em programas oficiais do setor governamental; promover assistência social gratuita; promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais; promover o desenvolvimento econômico e social e o combate à pobreza e à marginalização, além de zelar pelo meio ambiente; promover os funerais e o atendimento hospitalar de todos os membros e congregados da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no âmbito da jurisdição regional de Itabira, também extensivo a toda a comunidade.

A Ação de Assistência Social Filadélfia de Itabira - MG, com sede nesse Município, pelo que se infere da leitura dos documentos anexados ao processo, é administrada por diretoria constituída de pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício dos cargos que ocupam.

Assim, por preencher a entidade os requisitos da Lei nº 12.972, de 1998, esperamos o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.922/2009

Declara de utilidade pública o Moto Clube Tigres do Asfalto de Campo Belo, com sede nesse Município.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Moto Clube Tigres do Asfalto de Campo Belo, com sede nesse Município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de outubro de 2009.

Duarte Bechir

Justificação: A proposição em tela visa a declarar de utilidade pública o Moto Clube Tigres do Asfalto de Campo Belo, com sede nesse Município. Em pleno funcionamento desde 31/5/2007, a entidade não tem fins lucrativos e é dotada de personalidade jurídica distinta da de seus membros. Tem como objetivos essenciais aprimorar a prática do motociclismo considerando as condições nacionais e pesquisar sobre o assunto; promover atividades de lazer ligadas ao motociclismo, tais como viagens, encontros, reuniões, "shows", competições de caráter esportivo, cívico, social e educativo; e realizar cursos de técnica de pilotagem e mecânica.

Pretende-se, com este projeto, assegurar à entidade melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades assistenciais. Tendo em vista que atende os requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/98, esperamos contar com o apoio de nossos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.923/2009

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente dos Amigos Solidários - Abas -, com sede no Município de São Vicente de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente dos Amigos Solidários - Abas -, com sede no Município de São Vicente de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de outubro de 2009.

Duarte Bechir

Justificação: Esta proposição visa a declarar como de utilidade pública a Associação Beneficente dos Amigos Solidários - Abas -, com sede no Município de São Vicente de Minas, em pleno funcionamento desde 23/10/2005.

É a entidade pessoa jurídica de direito privado, de caráter filantrópico, sem fins econômicos, benemérita, democrática, pluralista e suprapartidária, com atuação em todo o território nacional.

A entidade tem como objetivo atuar na assistência social, desenvolvendo ações em prol de seus associados e da população carente, através de projetos esportivos e recreativos e de recuperação de viciados em drogas ou álcool, atuando em parceria com outras instituições que desenvolvam atividades relacionadas.

Pretende-se, com este projeto, assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades assistenciais, tendo em vista que ela atende aos requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Esperamos contar com o apoio de nossos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

Por essas razões, conclamo os meus nobres pares a aprovar esta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.924/2009

Declara de utilidade pública a Associação Casa de Guadalupe, com sede no Município de Itajubá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Casa de Guadalupe, com sede no Município de Itajubá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de outubro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: A Associação Casa de Guadalupe, com sede no Município de Itajubá, em pleno funcionamento desde 12/8/96, é uma sociedade civil de direito privado, de caráter beneficente e finalidade filantrópica, sem fins lucrativos.

A entidade tem como objetivo a promoção da assistência social, atendendo crianças e adolescentes, prestando-lhes apoio e desenvolvendo programas socioeducativos e medidas de proteção, bem como atividades ligadas à cultura, ao esporte e ao lazer, de modo a dar todo o apoio à comunidade e aos associados.

Pretende-se, com este projeto, assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades assistenciais, tendo em vista que ela atende aos requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Esperamos contar com o apoio de nossos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.925/2009

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Parque Coronel Rennó e Vila Mangueira, com sede no Município de Jacutinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Parque Coronel Rennó e Vila Mangureira, com sede no Município de Jacutinga.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de outubro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: A Associação dos Moradores do Parque Coronel Rennó e Vila Mangureira, com sede no Município de Jacutinga, em pleno funcionamento desde 10/11/93, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos.

A entidade tem como objetivo a promoção da assistência social, a melhoria das condições de vida e o embelezamento do bairro, a promoção de atividades culturais, sociais e desportivas, e a assistência a pessoas carentes.

Pretende-se, com este projeto, assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades assistenciais, tendo em vista que atende aos requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Esperamos, portanto, contar com o apoio de nossos nobres pares para a aprovação do projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.926/2009

Declara de utilidade pública a Casa da Criança José Nogueira de Sá, com sede no Município de Ouro Fino.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Casa da Criança José Nogueira de Sá, com sede no Município de Ouro Fino.

Art. 2º - Esta lei entra vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de outubro de 2009.

Dimas Fabiano

Justificação: A Casa da Criança José Nogueira de Sá, com sede na Rua Carlos Gomes, 83, Centro, no Município de Ouro Fino, é uma entidade civil sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como finalidade oferecer assistência biopsicossocial e pedagógica às crianças carentes, com dificuldade de aprendizagem ou distúrbio de conduta, extensiva às famílias, observando-se o disposto no Estatuto da Criança e Adolescente, visando assim a uma sociedade mais justa e dando oportunidade às crianças de se desenvolverem nas diferentes dimensões fundamentais do ser humano.

Assim sendo, acreditamos que o reconhecimento da entidade como de utilidade pública fortalecerá o trabalho que vem sendo realizado, trazendo melhorias para a comunidade, pelo que conto com o apoio dos nobres colegas à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.927/2009

Declara de utilidade pública a Instituição Espírita Assistencial Albergue Noturno A Casa do Caminho Inah Nogueira de Sá, com sede no Município de Ouro Fino.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Instituição Espírita Assistencial Albergue Noturno A Casa do Caminho Inah Nogueira de Sá, com sede no Município de Ouro Fino.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de outubro de 2009.

Dimas Fabiano

Justificação: A Instituição Espírita Assistencial Albergue Noturno A Casa do Caminho Inah Nogueira de Sá, com sede no Município de Ouro Fino, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como finalidade a promoção social dos sem-teto, oferecendo-lhes abrigo e amparo espiritual, de acordo com o ideal cristão.

Acreditamos que o reconhecimento da entidade como de utilidade pública fortalecerá o trabalho que vem sendo realizado.

Assim, contamos com o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3.928/2009

Aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terras devolutas que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Ficam aprovadas, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas especificadas no Anexo desta resolução, observada a enumeração dos respectivos beneficiários.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo

(a que se refere o art. 1º da Resolução nº , de de de 2009)

Nº	Requerente	Denominação	Município	Área (ha)
1	Luiz Carlos Pinho	Fazenda Cantão	Rio Pardo de Minas	129,0618
2	Paulo Otone Rodrigues Pena	Fazenda Cantão	Rio Pardo de Minas	179,8808
3	José Rodrigues Dias	Fazenda Bonfim	Rio Pardo de Minas	176,0656
4	Osvaldo Cardoso Neto	Fazenda Estiva Caída	Rio Pardo de Minas	162,1224
5	Espólio de Eleutério Alves Martins	Fazenda Vereda do Riachão	Rio Pardo de Minas	178,7313
6	Humberto Cândido de Souza	Fazenda Atoleiro	Rio Pardo de Minas	110,4544
7	Tiago Ramos de Lima	Fazenda Coqueiro	Rio Pardo de Minas	172,2021
8	João Andrade Ferreira	Fazenda Mato de João Gonçalves	Rio Pardo de Minas	137,7164
9	Joarez de Almeida Correa	Fazenda Veredinha	Rio Pardo de Minas	118,6362
10	Irvany Pereira Costa	Fazenda Estiva	Montezuma	195,5027
11	Ronaldo Trindade e outros	Fazenda Carpina	Vargem Grande do Rio Pardo	117,7921

Sala das Reuniões, 28 de outubro de 2009.

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3.929/2009

Aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica aprovada, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terra devoluta em nome de Cipriano Alves Pereira, situada no local denominado Fazenda Vereda de Santa Bárbara, no Município de Rio Pardo de Minas, com a área de 135,1112ha.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de outubro de 2009.

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 4.900/2009, da Comissão Extraordinária de Políticas Públicas de Enfrentamento à Aids, às DSTs, ao Alcoolismo, às Drogas e Entorpecentes, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para a realização de estudos sobre a possibilidade de estender os programas direcionados a crianças e adolescentes desenvolvidos por essa Pasta aos Municípios do interior do Estado. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.901/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Comandante da 12ª Região da PMMG pedido de informações sobre as providências tomadas em relação ao Sd. PM Ailson Ferraz de Brito Júnior, do 26º BPM, discutidas nas reuniões dessa Comissão em 3/9 e 21/10/2009. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.902/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhada ao Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais manifestação de aplauso pela sua eleição para integrar o Conselho Nacional de Segurança Pública.

Nº 4.903/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para a fiscalização do consumo e da venda de bebidas alcoólicas durante a realização de jogos de futebol, especialmente no estacionamento do Mineirão.

Nº 4.904/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Comandante-Geral da PMMG e ao Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais pela efetiva participação de policiais militares na I Conferência Nacional de Segurança Pública. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.905/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Subsecretário de Administração Prisional pedido de informações sobre o cronograma de transferência da custódia dos presos da cadeia pública de Janaúba. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.906/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Comandante-Geral da PMMG pedido de providências para a suspensão da convocação do 1º-Ten. Valter dos Santos, Comandante do 5º Pelotão da 83ª Cia. PM do 26º BPM de Itabira e do Ten.-Cel. Evandro Jaques de Mendonça, Comandante do referido BPM, no período de 21/10 a 30/11/2009. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.907/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Defensor Público-Geral pedido de providências para apurar reclamações apresentadas pelos detentos da cadeia pública de Janaúba em relação ao atendimento prestado pelo Defensor Público João Elton Barbosa. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 4.908/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Defensor Público-Geral pedido de informações sobre o resultado dos trabalhos realizados por um grupo de Defensores Públicos na cadeia pública de Janaúba com vistas a verificar a situação processual dos detentos. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.909/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Delegado da 16ª Delegacia Distrital da Pampulha pedido de providências para que essa Comissão participe da reconstituição do incidente que cegou o garoto Douglas Henrique Marinho de Oliveira, em 23/9/2009, durante partida de futebol no Mineirão.

Nº 4.910/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Ademg pedido de providências para a fiscalização do consumo e da venda de bebidas alcoólicas durante a realização de jogos de futebol, especialmente no estacionamento do Mineirão. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.911/2009, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado ao Presidente do TRE-MG pedido de providências para que, no pleito de 2010, sejam instaladas urnas de votação em unidades do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar.

Nº 4.912/2009, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao Presidente do TRE-MG pedido de providências para a criação de cartório eleitoral no Distrito de Ressaca, em Contagem.

Nº 4.913/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao jornal "O Tempo" e à clínica do oftalmologista Ricardo Guimarães, que prestaram assistência ao menor Douglas Henrique Marinho de Oliveira, atingido por bala de borracha no olho esquerdo, em incidente ocorrido após partida de futebol realizada em 23/9/2009, no Mineirão.

Nº 4.914/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. Octávio Almeida Melo, Juiz do Tribunal de Justiça, pela sentença que condenou o Estado a pagar reparação por danos morais ao Sr. José Mauro da Silva, vítima de agressão por parte de policiais militares, em 4/2/2007, durante uma partida de futebol.

Nº 4.915/2009, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Meio Ambiente pedido de providências para que sejam enviados a Padre Paraíso técnicos para auxiliarem no processo de definição do modelo de coleta seletiva a ser implantado nesse Município.

Nº 4.916/2009, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Copasa-MG pedido de providências para que seja agilizada a realização dos estudos técnicos para implantação de sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário na localidade de São Sebastião de Maquiné, no Município de Santa Luzia.

Nº 4.917/2009, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Ruralminas pedido de providências com vistas ao melhoramento das estradas do Projeto de Assentamento Betinho - PA Betinho -, no Município de Bocaiuva.

Nº 4.918/2009, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Fundação Nacional de Saúde - Funasa - pedido de providências com vistas à agilização da implantação de seu projeto de distribuição de água, em especial no que se refere à construção de poços para as famílias do Projeto de Assentamento Betinho - PA Betinho -, em parceria com a Prefeitura Municipal de Bocaiuva.

Nº 4.919/2009, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado à Secretária Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas pedido de providências com vistas a elaborar ação, no âmbito do Programa de Combate à Pobreza Rural, para atender as demandas das associações rurais do Projeto de Assentamento Betinho, no Município de Bocaiuva.

Nº 4.920/2009, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Presidente da Cemig pedido de providências para proceder ao recadastramento dos moradores do Projeto de Assentamento Betinho, no Município de Bocaiuva.

Nº 4.921/2009, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral do IEF pedido de providências para solucionar as pendências ambientais do Projeto de Assentamento Betinho, no Município de Bocaiuva.

Nº 4.922/2009, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Meio Ambiente pedido de providências para que os recursos provenientes de multas ambientais sejam investidos nos projetos que menciona, preferencialmente em assentamentos de reforma agrária, condomínios agrícolas e Municípios com menor IDH.

Nº 4.923/2009, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado ao Superintendente Regional do Incra pedido de providências com vistas à celebração de convênio com o Município de Engenheiro Navarro para atender as demandas dos moradores do Assentamento do Pipiri.

Nº 4.924/2009, da Comissão de Saúde, em que solicita seja enviada ao Governador do Estado e ao Secretário de Saúde cópia da Carta do Cosems-MG, que contém reivindicações do Colegiado de Secretários Municipais de Saúde do Estado.

Nº 4.925/2009, da Comissão de Saúde, em que solicita seja enviado ao Presidente da República pedido de intercessão junto ao Congresso Nacional para que se proceda à votação do Projeto de Lei Complementar nº 306/2008, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 29.

Nº 4.926/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Ministro da Justiça, ao Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal e ao Superintendente Regional do referido órgão pedido de providências para ampliar o quadro de pessoal das unidades dessa Polícia que atendem a região compreendida entre Conselheiro Lafaiete e Juiz de Fora e para reabrir o posto da Polícia Rodoviária Federal localizado no Município de Barbacena.

- São também encaminhados à Mesa requerimentos da Comissão de Direitos Humanos (5) e dos Deputados Ruy Muniz, Délio Malheiros e Sávio Souza Cruz e outros e Padre João.

Proposições não Recebidas

- A Mesa, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

REQUERIMENTO

Do Deputado Ademir Lucas em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Juiz Cel. PM Paulino Coelho pelos 72 anos de implantação da Justiça Militar no Estado.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Saúde, de Educação (2), de Turismo, do Trabalho e de Fiscalização Financeira e dos Deputados Elmiro Nascimento (2) e Carlos Pimenta.

Oradores Inscritos

- A Deputada Rosângela Reis e os Deputados Carlos Pimenta, Padre João, Paulo Guedes e Juarez Távora proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, determina a anexação do Projeto de Lei Complementar nº 21/2007, do Deputado Weliton Prado, ao Projeto de Lei Complementar nº 56/2009, do Governador do Estado, por guardarem semelhança e por tratarem de matéria de iniciativa privativa do Governador do Estado.

Mesa da Assembleia, 28 de outubro de 2009.

Hely Tarquínio, 2º-Secretário, no exercício da Presidência.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 272 do Regimento Interno e considerando a aprovação em redação final, na ordinária de 21/10/2009, do Projeto de Lei nº 3.679/2009, informa ao Plenário que o Projeto de Lei nº 3.882/2009, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal - PEF-BNDES - e dá outras providências, passou a tramitar em regime de urgência, nos termos do art. 208 do Regimento Interno, a partir de 22/10/2009. A Presidência esclarece que a urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 3.882/2009 foi solicitada na ordinária de 20/10/2009, por meio da Mensagem nº 425/2009, do Governador do Estado.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 4.911/2009, da Comissão de Administração Pública, 4.912/2009, da Comissão de Assuntos Municipais, 4.913 e 4.914/2009, da Comissão de Direitos Humanos, 4.915 e 4.916/2009, da Comissão de Meio Ambiente, 4.917 a 4.923/2009, da Comissão de Política Agropecuária, 4.924 e 4.925/2009, da Comissão de Saúde, e 4.926/2009, da Comissão de Segurança Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Saúde - aprovação, na 26ª Reunião Ordinária, em 21/10/2009, do Projeto de Lei nº 3.530/2009, do Deputado Fahim Sawan; de Educação (2) - aprovação, na 26ª Reunião Ordinária, em 21/10/2009, dos Projetos de Lei nºs 2.261/2008, do Deputado Wander Borges, e 3.606/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, e dos Requerimentos nºs 4.743/2009, do Deputado Ademir Lucas, 4.754/2009, da Deputada Ana Maria Resende, 4.784 a 4.786/2009, do Deputado Doutor Viana, 4.794, 4.795, 4.797, 4.799 e 4.802/2009, da Comissão de Participação Popular, e 4.800 e 4.801/2009, da Comissão de Participação Popular, com a Emenda nº 1, e aprovação, na 27ª Reunião Ordinária, em 28/10/2009, dos Requerimentos nºs 4.803/2009, do Deputado Ademir Lucas, 4.823/2009, da Deputada Ana Maria Resende, 4.835/2009, da Comissão de Participação Popular, e 4.862/2009, da Comissão de Segurança Pública; de Turismo - aprovação, na 21ª Reunião Ordinária, em 22/10/2009, do Requerimento nº 4.783/2009, do Deputado Doutor Viana; do Trabalho - aprovação, na 21ª Reunião Ordinária, em 21/10/2009, dos Projetos de Lei nºs 2.736/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 3.342/2009, do Deputado João Leite, 3.678/2009, do Deputado Doutor Rinaldo, 3.684/2009, do Deputado Padre João, 3.686/2009, do Deputado Carlos Gomes, 3.690/2009, do Deputado Alencar da Silveira Jr., 3.691/2009, do Deputado Mauri Torres, 3.704/2009, do Deputado Wander Borges, 3.710/2009, do Deputado Ademir Lucas, 3.713/2009, do Deputado Padre João, 3.716/2009, do Deputado Vanderlei Miranda, 3.719/2009, do Deputado Alencar da Silveira Jr., 3.721/2009, do Deputado Célio Moreira, 3.723/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 3.726/2009, do Deputado Doutor Rinaldo, 3.731/2009, do Deputado Ruy Muniz, 3.733/2009, do Deputado Zezé Perrella, 3.737/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, 3.738 e 3.739/2009, da Deputada Rosângela Reis, e 3.743/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, e dos Requerimentos nºs 4.677/2009, da Comissão de Turismo, 4.750 e 4.751/2009, do Deputado Wander Borges, e 4.798/2009, da Comissão de Participação Popular; e de Fiscalização Financeira - aprovação, na 29ª Reunião Ordinária, em 28/10/2009, do Requerimento nº 4.793/2009, do Deputado Carlin Moura (Ciente. Publique-se.); e pelo Deputado Carlos Pimenta, indicando o Deputado o Doutor Ronaldo para membro efetivo da Comissão de Assuntos Municipais e para suplente da Comissão de Saúde, na vaga do Deputado Sebastião Helvécio (Ciente. Designo. Às Comissões.).

Despacho de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento dos Deputados Ruy Muniz, Délio Malheiros e Sávio Souza Cruz e outros solicitando a convocação de reunião especial para comemorar o ano jubilar do Cardeal Emérito D. Serafim Fernandes de Araújo e para homenagear a Congregação dos Padre Sacramentinos de Nossa Senhora pelos 80 anos de sua fundação. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno.

Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.556/2008, 2.962, 3.149, 3.300 e 3.515/2009 (À sanção.) e do Projeto de Resolução nº 3.841/2009 (À promulgação.).

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos solicitando seja encaminhado à TV Leste, à TV Sistec e à TV dos Vales pedido de providências com vistas ao envio à referida Comissão das imagens do julgamento ocorrido em 28/7/2009, no Fórum Desembargador Faria e Souza, em Caratinga, referente ao crime de homicídio em que figura como vítima João Alves Calazans. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento do Deputado Padre João solicitando seja o Projeto de Lei nº 3.857/2009 distribuído à Comissão de Direitos Humanos. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento da Comissão de Direitos Humanos solicitando seja encaminhado ao Presidente do Atlético pedido de providências para a fiscalização do consumo e da venda de bebidas alcoólicas durante a realização dos jogos de futebol, especialmente no estacionamento do Mineirão.

Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Na verdade, quem comanda os jogos não são os clubes, mas a Federação Mineira de Futebol, que representa a Confederação Brasileira de Futebol. Vai dessa maneira o requerimento, mas parece-me que o encaminhamento não é o melhor. Sugiro sejam encaminhados os requerimentos ao Villa Nova e ao América, uma vez que o Villa Nova é proprietário de um estádio, assim como o América o é do Independência. A minha sugestão é que sejam encaminhados, para que não haja perda de tempo, e uma vez também que há outros requerimentos no mesmo sentido. Os clubes responderão.

O Sr. Presidente - A Presidência decide não submeter à votação os requerimentos e informa ao Deputado que irá responder oportunamente a sua questão de ordem.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Domingos Sávio, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Domingos Sávio.

- O Deputado Domingos Sávio profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questão de Ordem

O Deputado Wander Borges - Sr. Presidente, não havendo quórum para a continuação dos trabalhos, peço o encerramento da reunião.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de logo mais, às 20 horas, e para a especial de amanhã, dia 29, às 9 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 96ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 27/10/2009

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Composição da Mesa - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Doutor Viana - Entrega de placa - Palavras do Sr. Luciano Guimarães Pereira - Palavras do Sr. Presidente.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião a homenagear o Lions Clube - Distrito LC-4.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Luciano Guimarães Pereira, Governador do Lions Clube - Distrito LC-4; Sebastião Braga, Presidente da Academia Mineira de Leonismo e ex-Diretor do Lions Clube Internacional; e Deputado Doutor Viana, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Neste momento, convidamos os presentes a cantar o Hino Nacional, acompanhando gravação produzida pelo Lions Clube.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Doutor Viana

Meu prezado amigo e Exmo. Sr. 2º-Vice-Presidente desta Casa, Deputado José Henrique, neste ato representando nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, nossos agradecimentos. É uma honra tê-lo presidindo nossa reunião de homenagem ao Lions. Meu querido Governador e Governador do Lions Clube Distrito LC-4, Luciano Guimarães Pereira, na sua pessoa também quero cumprimentar todos os companheiros - além da pessoa do nosso Governador e também do Presidente da nossa Academia Mineira de Leonismo e ex-Diretor do Lions Clube Internacional, querido Sebastião Braga, companheiro e amigo.

Quero cumprimentar ainda, na pessoa de Ana Lúcia Café, coordenadora das atividades femininas, as domadoras, as companheiras e a mulher mineira aqui presente, assim como todas vocês que trabalham nessa atividade extraordinária de prestar serviço à comunidade mais carente. Saúdo todos das galerias, os funcionários da Casa, os colegas Deputados e os telespectadores da nossa TV Assembleia.

Companheiros, saudações leonísticas. É com grande honra que, mais uma vez, o Plenário desta Casa Legislativa abre seu espaço para homenagear o Lions Clube Distrito LC-4, agora como parte das comemorações da Semana Mundial do Serviço Leonístico. Vocês não podem imaginar a enorme satisfação que senti pela oportunidade que tive de contribuir para a realização desta solenidade, apresentando o requerimento que deu origem a esta reunião. Sou leão há quase 25 anos, o que muito dignifica minha vida, juntamente com minha esposa e domadora. Pertencemos ao Distrito LC-4, pelo meu querido Lions Clube de Curvelo, assim como, além do nosso Presidente, alguns companheiros aqui presentes, o que muito nos orgulha, mostrando a fraternidade e o sentimento de família que existe em nosso clube. Orgulho-me de fazer parte da família leonística, cujo ideal é cooperar voluntariamente para o despertar dos valores éticos e morais dos seres humanos e vivenciar em plenitude os sentimentos de solidariedade, fraternidade e a certeza de que somos todos irmãos.

Os objetivos do Lions fortificam a continuidade dos ideais de seu fundador, Melvin Jones, em 1917: prestar serviços à população em geral, de forma desprendida e principalmente em benefício dos mais necessitados. "Ser leão ou domadora é ser solidário, fraterno, dedicado". Lions, nunca é pouco nem muito repetir, é liberdade, igualdade, ordem, nacionalismo e serviço. É também reafirmar diariamente o ideal do nosso "slogan" neste ano: "Entusiasme-se e faça". Não basta só se preocupar, é preciso se ocupar. Milhões de leões e domadoras do nosso Lions Clube, presentes em centenas de países, arregaçam as mangas e doam seu tempo e seu trabalho beneficiando as comunidades onde atuam, seja por meio de horas de trabalho voluntário, seja arrecadando recursos para melhor servir, seja promovendo eventos ou contribuindo para a abertura de creches, seja desenvolvendo cursos profissionalizantes em diversas áreas, entre outras, atividades sempre com ações inovadoras que orientam o projeto social e humanitário do Lions Clube Internacional e também do nosso conceituado Leo Clube, na ala jovem.

É importante ainda parabenizar o Lions, especialmente o Distrito LC-4, pelo excelente trabalho que vem realizando em benefício de pessoas diabéticas por meio da campanha de combate à retinopatia diabética. Agora temos esta mensagem passada por ocasião do "Planeta Terra, nossa morada", nesta semana em que o Lions está promovendo atos culturais, cívicos, artísticos e educacionais sob a égide da preservação ambiental, além de seminários, palestras, campanhas de plantio de árvores e sessão festiva para homenagear lideranças ambientalistas mineiras, entre tantos outros.

Nós, leões, reconhecemos e aplaudimos o nosso Lions por tão magnífica iniciativa sob a governadoria do nosso querido companheiro leão Luciano Guimarães; felicito ainda o nosso companheiro leão, o Presidente da Academia Mineira de Leonismo, Sebastião Braga; o assessor da Semana Mundial do Serviço Leonístico, do Lions Clube Inconfidência, César Vanucci; o Carlos Henrique, companheiro; e todos aqueles que contribuíram e contribuem para tão nobre trabalho.

O que nos orgulha no Lions é essa capacidade de diversificar e de trabalhar. A Assembleia de Minas, que representa o povo deste Estado, sente-se honrada com a presença de todos vocês aqui hoje. Minas Gerais está feliz, e o nosso país orgulhoso por abrigar tantos e inúmeros clubes no nosso querido Lions. Obrigado, companheiros leões e domadoras e leos por dignificarem esta Casa Legislativa com sua honrosa presença. Estaremos sempre de braços e corações abertos para recebê-los e sermos parceiros de tão relevantes e grandiosos serviços e trabalhos solidários. Quando tomamos atitudes concretas, elas falam por si sós. Obrigado por vocês fazerem parte da minha e da nossa querida e dignificante família leonística.

Por fim, agradeço muito ao Deputado Presidente desta Casa, Alberto Pinto Coelho, ao Deputado José Henrique, que preside esta reunião, e aos demais colegas Deputados por acatarem esta minha solicitação de homenagem e pela oportunidade de prestar esta honraria a pessoas tão valorosas - meu requerimento foi apoiado por unanimidade - e a essas pessoas que são leões, domadoras e leos do Lions Clube Internacional, aqui representados pelo Distrito LC-4. Fica, pois, registrado este momento vivido agora nos anais de nossa querida Assembleia Legislativa. Obrigado a todos. Estou feliz por tudo isto e orgulhoso, e muito, por ser leão. Saudações leonísticas. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o Deputado José Henrique, representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega ao Sr. Luciano Guimarães Pereira, Governador do Lions Clube - Distrito LC-4, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue traz os seguintes dizeres: "O êxito da associação de Lions Clubes mostrou-se desde sua fundação. Hoje, norteados pelo ideal de melhoria do mundo por meio do exercício de valores como a compreensão e a cooperação, centenas de milhares de associados, reunidos em mais de 45 mil clubes locais, empenham-se no auxílio aos desfavorecidos. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais presta homenagem a este grande divulgador da força realizadora do entusiasmo, que congrega dezenas de clubes no Estado e cumpre brilhantemente seu papel de oferecer suporte às células que tornam reais os propósitos do Lions: o Distrito LC-4".

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Convido o Deputado Doutor Viana, autor do requerimento, para fazermos a entrega.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Luciano Guimarães Pereira

Exmos. Srs. Deputado José Henrique, Presidente desta reunião, representando o Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho; Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, nosso estimado e valioso companheiro leão; meu querido amigo, ex-Diretor Internacional e Presidente da Academia Mineira de Leonismo, companheiro Sebastião Braga. Quero saudar a todos os presentes na pessoa do Vice-Governador do Distrito LC-4, companheiro Maurílio, na pessoa da 2ª-Vice-Governadora, companheira Vilma Raid, e na pessoa do companheiro Leão César Vanucci, coordenador da Semana Mundial do Leonismo. Meus prezados companheiros e companheiras, leões e domadoras, companheiros, Leo, amigos do Lions. Queremos também cumprimentar os funcionários desta Casa Legislativa: os funcionários da TV Assembleia e todos os que contribuíram para a realização desta reunião. Boa-tarde a todos.

Em 1917, Melvin Jones, um corretor de seguros pertencente ao Business Circle of Chicago, engendrou a fantástica ideia de reunir em uma única frente diversas entidades de serviço voluntário existentes nos Estados Unidos da América. O brilhantismo da ideia reside na constatação de que, unidos e coordenados, podemos alcançar aquilo com que, individualmente, nem sequer sonhamos.

Atingida a unidade através da primeira convenção, ocorrida em Dallas, Texas, o leonismo rapidamente se expandiu, tornando-se internacional em três anos, ao chegar ao Canadá.

No Brasil, por intermédio do companheiro leão Armando Fajardo, o Leão nº 1, foi fundado o primeiro Lions Clube no Brasil, em 1952. Hoje, estamos divididos em mais de 30 distritos no nosso país. Somos mais de 35 mil associados.

Ao longo de sua existência, o Distrito LC-4 do Lions Internacional reuniu pessoas de bem, respeitadas em suas comunidades, exemplos das mais caras virtudes, dispostas todas ao bem-servir, sem nada alcançar além da emoção do bem exercido como imperativo do espírito.

Atualmente, desenvolvemos com a Secretaria de Saúde de Minas Gerais parceria facilitada pela intervenção determinante e conclusiva do ilustre Vice-Presidente desta Casa, nosso companheiro leão Deputado Doutor Viana, para o tratamento da retinopatia diabética, perigosa doença que acomete os diabéticos, levando-os à triste escuridão ocasionada pela cegueira.

Em passado recente, desenvolvemos mais de 2 mil cirurgias de catarata, com especial atenção ao Norte de Minas Gerais, salvando da cegueira pessoas que, de outra forma, não seriam atendidas.

Essa nossa especial vocação nos foi inflamada por meio do discurso de Hellen Keller, que, em 1925, na Convenção Internacional de Cedar Point, Ohio, conclamou os leões de todo o mundo a se tornarem os paladinos contra a escuridão.

Projetos de tal magnitude são proporcionados em todo o mundo por meio da LCIF, a nossa fundação, cujo prestígio e eficácia a consagraram, em 2007, como a melhor ONG do mundo, conforme "ranking" publicado no conceituado "Financial Times". Em 2008, a mesma LCIF foi indicada ao Prêmio Nobel da Paz, consagrando seu "status" de entidade internacional séria, responsável e capaz. Somos cerca de um milhão e meio de associados em mais de 45 mil clubes, em mais de 200 países. Nosso lema é: "Nós servimos".

Agradecemos à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Casa do povo mineiro, a ilustre acolhida a nós, leões. O reconhecimento dos Deputados de Minas Gerais nos enche de orgulho e serve de inspiração para que continuemos com ânimo redobrado nosso cotidiano de serviço voluntário. Tenham em nós, nobres Deputados de Minas Gerais, os parceiros de primeira hora para todas as discussões e atitudes em que a presença do serviço voluntário se puder fazer sentir. Estaremos dispostos a contribuir onde pudermos com a missão desta insigne Casa, insuflados pelo entusiasmo que nos caracteriza, para adicionar nossos esforços em direção ao bem comum, ao desenvolvimento responsável, aos princípios de liberdade, igualdade, ordem e nacionalismo e, sobretudo, ao serviço. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

Srs. Luciano Guimarães Pereira, Governador do Lions Clube - Distrito LC-4; Sebastião Braga, Presidente da Academia Mineira de Leonismo e ex-Diretor do Lions Clube Internacional; Exmo. Sr. Deputado Doutor Viana, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; senhoras e senhores, leões e domadoras, amigos do Lions. Esta Assembleia Legislativa recebe, com grande alegria, os leões e as domadoras do Distrito LC-4 do Lions Clube e especialmente o Governador Luciano Guimarães Pereira e a domadora Sarah Rodrigues de Paula.

Com toda certeza, é um momento especial para nossa Casa homenagear os representantes de uma organização mundial que se pauta pelo objetivo maior de servir à comunidade, num digno exemplo de voluntariado praticado com muita eficiência e entusiasmo. Em todo o mundo, os Lions Clubes funcionam como associações democráticas, evitando o partidário político e o sectarismo religioso. Daí o clima de compreensão internacional que construíram, alicerçado numa aprimorada e necessária postura ética. Sem receber nenhum benefício financeiro, seus membros dão ao mundo um notável exemplo de altruísmo, à base da amizade e da compreensão mútua. Assim, o Estado tem obtido no Lions Clube um parceiro importante para a formação de cidadãos autênticos. Reconhecemos, sobretudo, sua importante cruzada pela prevenção da cegueira, bandeira fundamental para qualquer política de saúde pública. Muitos indivíduos carentes em Minas Gerais foram salvos da cegueira em virtude das cirurgias de catarata promovidas pelo Lions. Também as vítimas de diabetes vêm tendo uma qualidade de vida melhor, graças ao tratamento oferecido para combater a retinopatia.

Portanto, cabe a nós, representantes do povo mineiro, reconhecer a grande dedicação à causa pública desses líderes democráticos reunidos no Lions Clube.

A todos, seus dirigentes e seus associados, incluindo seus companheiros e companheiras, o nosso agradecimento mais profundo. Muito obrigado.

Ata da 27ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 21/10/2009

Às 9h12min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Durval Ângelo, Fahim Sawan, Antônio Genaro e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Célio Moreira e Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Vanderlei Miranda, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter, em audiência pública, esclarecimentos sobre abuso de autoridade que teria sido praticado pelo Ten. PM Valter dos Santos contra o Sd. PM Ailson Ferraz de Brito Júnior, do 26º Batalhão de Polícia Militar, e comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Antônio Torres Gunda, Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte, agradecendo o envio das notas taquigráficas da 19ª Reunião Ordinária da Comissão; Pio Dias Neto, detento do Presídio de São Joaquim de Bicas, solicitando ajuda da Comissão com relação a seu processo criminal; e Paulo Emílio Gonçalves, Gerente Regional de Assistência Social Centro-Sul, convidado para a Plenária Ampliada das Comissões Locais de Assistência Social Centro-Sul, a realizar-se em 26/10/2009; do Cel. PM Cezar Romero Machado Santos, solicitando que a audiência pública agendada para o dia 22/10/2009, para a qual foi convocado, seja remarcada para o dia 29/10/2009; do Sr. Igor Augusto de Medeiros Provinciali, Promotor de Justiça da Comarca de Peçanha, encaminhando denúncia formulada pelo Sr. Ademilson Calisto de Moura, Presidente do Conselho Tutelar de Cantagalo, relativa a desmandos que teriam sido praticados pelo Prefeito desse Município e sua equipe de governo; e da Sra. Maize Cristine Gouveia de Andrade, Presidente do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de São Joaquim de Bicas, encaminhando cópia de documentos relativos à menor Ynara Fernanda Gonçalves, vítima de agressão física supostamente praticada pela Sra. Joana Batista Gonçalves, sua mãe; e da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil, e Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados; e das Sras. Lívia Lúcia Oliveira Borba e Mônica R. C. Rolla Toledo, Promotora de Justiça da Comarca de Brumadinho (15/10/2009); e da Sra. Maria Teresa Saenz Surita Jucá, Secretária Nacional de Programas Urbanos (16/10/2009). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir o Subten. PM Luiz Gonzaga Ribeiro, Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais - Aspra -, e o Cel. PM Geraldo Henrique Guimarães da Silva, Comandante da 12ª Região da Polícia Militar, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.321/2009 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Durval Ângelo). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (8), em que solicita sejam realizadas visitas ao MG Transplantes e ao Hospital das Clínicas para conhecer sua estrutura e funcionamento; seja solicitado ao Subsecretário de Administração Prisional que envie o cronograma da transferência da custódia dos presos da cadeia pública de Janaúba; seja encaminhado ao Defensor Público-Geral pedido de informações sobre o resultado dos trabalhos de verificação da situação processual dos detentos, realizados por um grupo de Defensores Públicos que atuam na cadeia pública de Janaúba, e seja encaminhado à mesma autoridade pedido de providências com vistas à apuração das reclamações apresentadas por detentos em relação ao atendimento prestado pelo Defensor Público João Elton Barbosa; seja encaminhada ao Cel. PM Geraldo Henrique Guimarães da Silva e ao Corregedor-Geral da Polícia Militar cópia das notas taquigráficas das reuniões da Comissão em 3/9/2009 e 21/10/2009, para apuração de denúncias contra o 1º-Ten. PM Valter dos Santos, Comandante do 5º Pelotão da 83ª Companhia, do 26º Batalhão de Polícia Militar; seja encaminhada ao Subten. PM Luiz Gonzaga Ribeiro manifestação de aplauso por sua eleição ao Conselho Nacional de Segurança Pública; seja realizada reunião de audiência pública, com a participação de representantes do Conselho Estadual de Direitos Humanos, do Sindicato dos Médicos, do Conselho Regional de Medicina e do Comando-Geral da Polícia Militar, para discutir denúncia de irregularidades na escala de serviço dos policiais militares lotados no Batalhão de Polícia Militar de Betim e no Hospital da Polícia Militar; e seja encaminhada ao Comandante-Geral da Polícia Militar e ao Subten. PM Luiz Gonzaga Ribeiro manifestação de aplauso pela efetiva participação de policiais militares na I Conferência Nacional de Segurança Pública; Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para obter esclarecimentos de policiais militares sobre denúncias de coação e perseguição que teriam ocorrido em 17/10/2009, em Patrocínio; e Fahim Sawan (3), em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Saúde pedido de providências com vistas à ampliação e agilização dos serviços relativos a transplantes, especialmente os de medula óssea, em Uberaba; sejam realizadas visitas ao Hospital da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro e à entidade Oasis, para conhecer seus serviços e sua estrutura, e seja realizada reunião de audiência pública em Uberaba para discutir a questão dos transplantes de medula óssea; seja suspensa a convocação do 1º-Ten. PM Valter dos Santos e do Ten. Cel. PM Evandro Jaques de Mendonça, Comandante do 26º Batalhão de Polícia Militar, para esta reunião e seja fixado prazo até 30/11/2009 para que o Cel. PM Geraldo Henrique Guimarães da Silva encaminhe as providências relativas ao Sd. PM Ailson Ferraz de Brito Júnior. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2009.

Durval Ângelo, Presidente.

Ata da 26ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE SAÚDE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 21/10/2009

Às 9h38min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo, Fahim Sawan e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Adeldo Carneiro Leão, Antônio Carlos Arantes e Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ruy Muniz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício do Sr. Dilzon Melo, Secretário de Desenvolvimento Regional, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.470/2009. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.530/2009 (relator: Deputado Carlos Pimenta), que recebeu parecer por sua aprovação. Registra-se, nesse momento, a presença do Deputado Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Fahim Sawan por indicação da Liderança do BSD). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados

requerimentos dos Deputados Carlos Mosconi em que solicita sejam ouvidos na reunião os seguintes representantes do Colegiado dos Secretários Municipais de Saúde - Cosems: Mauro Guimarães Junqueira, Presidente do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde; José Salvador de Melo, representante do Cosecs-MG - Divinópolis; Conceição Rezende, Secretária Municipal de Saúde de Betim; José Plínio dos Reis, Secretário Municipal de Saúde de Frutal; José Orleans da Costa, Presidente do Cosems Regional de Sete Lagoas e Secretário Municipal de Saúde de Sete Lagoas; Valdemar Hial, Secretário Municipal de Saúde de Uberaba; e Gilson Urbano, Vice-Presidente do Cosems e Secretário Municipal de Saúde de Salinas; Arlen Santiago em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação dos servidores da saúde de Minas Gerais que estão a disposição de Municípios; Carlos Pimenta (2) em que solicita seja realizada audiência pública para discutir as Portarias nºs 2.226, de 18/9/2009, e 2.198, de 17/9/2009, do Ministério da Saúde; e solicitando seja realizada audiência pública para debater a situação dos médicos e dos funcionários da Secretaria de Estado de Saúde remanescentes da Fundação Ezequiel Dias, hoje municipalizados; Fahim Sawan, com Emenda nº 1, do Deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada reunião para discutir a qualidade e a remuneração do trabalho médico; Ruy Muniz (5) em que solicita sejam enviados votos de congratulações a Pedro Ronaldo de Carvalho Filho, residente I da Fundação Hilton Rocha, por ter obtido a 1ª colocação no Prêmio Jovem Talento do Hospital São Geraldo da UFMG; a Juliane Mineiro de Souza, residente I da Fundação Hilton Rocha, por ter obtido a 3ª colocação no Prêmio Jovem Talento do Hospital São Geraldo da UFMG; ao Conselho Federal de Odontologia, na pessoa do Sr. Miguel Álvaro Santiago Nobre, ao Conselho Regional de Odontologia, na pessoa de seu Presidente, Sr. Arnaldo de Almeida Garrocho; e à Associação Brasileira de Odontologia, na pessoa de seu Presidente, Sr. Carlos Augusto Jaime Machado, pelo Dia do Dentista Brasileiro, comemorado em 25 de outubro do corrente ano; Carlos Mosconi, Doutor Rinaldo, Adelmo Carneiro Leão e Dalmo Ribeiro Silva (4) em que solicitam seja encaminhado ofício ao Presidente da República e ao Colégio de Líderes de ambas as Casas Legislativas Federais para que intervenham junto ao Congresso Nacional, com vistas a se agilizar a votação do Projeto de Lei Federal nº 306/2008; seja solicitada à Frente Parlamentar de Saúde do Congresso Nacional audiência dos membros da Comissão e de representantes do Cosems-MG com o Ministro da Saúde, para se debaterem o financiamento da área da saúde e a Emenda à Constituição nº 29; e seja marcada audiência dos membros da Comissão e dos membros do Cosems-MG com o Governador do Estado e o Secretário de Estado de Saúde, para se debaterem o financiamento da área da saúde e a Emenda à Constituição nº 29 e para encaminhar a Carta do Cosems-MG. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos participantes e do público em geral, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2009.

Carlos Mosconi, Presidente - Carlos Pimenta - Doutor Rinaldo - Fahim Sawan - Ruy Muniz.

Ata da 24ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 21/10/2009

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Tiago Ulisses, Célio Moreira e Ronaldo Magalhães, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Zé Maia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ronaldo Magalhães, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o panorama atual e as políticas para o desenvolvimento das cadeias produtivas do etanol, do biodiesel e das florestas energéticas no Estado e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Vereador Carlos Elísio de Oliveira, Presidente da Comissão Temporária para Acompanhamento de Instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs - no Município de Ferros, solicitando o apoio da Comissão junto ao Governo para a implantação de legislação que garanta uma arrecadação permanente aos Municípios, tipo "royalties", como já existem em médias e grandes hidrelétricas; e da empresa Krozai - Aprimoramento Profissional -, convidando para o I Seminário Mineiro NR-13, sobre segurança na operação de caldeiras e vasos de pressão, a ser realizado em 29/10/2009, no auditório do Crea-MG. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.353/2009, no 1º turno, para o qual designou o Deputado Tiago Ulisses como relator. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários para ouvir os Srs. Maurício de Oliveira Cecílio, Diretor do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais - Indi -, representando o Sr. Sérgio Barroso, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico; João Ricardo Albanes, Superintendente de Economia Agrícola, representando o Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Gilman Viana Rodrigues; Marcelo Franco, Coordenador do Programa de Energia, representando o Sr. Alberto Duque Portugal, Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Wilson Luís da Silva, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg -; e Luiz Custódio Cotta Martins, Presidente do Sindicato das Indústrias de Açúcar e da Fabricação do Alcool em Minas Gerais - Siamig-Sindaçúcar-MG -; que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Os Deputados Sávio Souza Cruz, Ronaldo Magalhães e Zé Maia se ausentam da reunião. O Presidente, Deputado Tiago Ulisses, retoma os trabalhos ordinários da reunião e, verificando a inexistência de quórum para dar prosseguimento aos trabalhos, agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2009.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Ronaldo Magalhães - Wander Borges - Célio Moreira.

Ata da 28ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 21/10/2009

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Antônio Júlio, Inácio Franco, Juarez Távora e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" em 15/10/2009: dos Srs. Gilmar Mendes, Presidente do Conselho Nacional de Justiça; João Reis Santana Filho, Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional; Fernando Brandão, Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social; e Marx Fernandes dos Santos, Gerente Regional da Caixa Econômica Federal. A seguir, comunica que estão abertos os prazos para o recebimento de Emendas aos Projetos de Lei nºs 3.808 e 3.809/2009, até o dia 3/11/2009, e 3.863/2009, até o dia 4/11/2009. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.955/2008 (Deputado Juarez Távora); 2.960/2009 (Deputado Lafayette de Andrada); 2.997/2009 (Deputado Inácio Franco); 3.481/2009 (Deputado Zé Maia) e 3.586/2009 (Deputado Adelmo Carneiro Leão), em 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Deputado Jayro Lessa retira-se da reunião. O Projeto de Lei nº 2.955/2008, em 1º turno, é convertido em diligência à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, atendendo-se a requerimento do relator, Deputado Juarez Távora, aprovado pela Comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.997/2009 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Inácio Franco); e pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 3.586/2009 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Saúde (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão), e 3.826/2009 (relator: Deputado Lafayette de Andrada). O Parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.481/2009 (relator: Deputado Zé Maia), no 1º turno, tem a discussão adiada atendendo-se a requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Presidente designa o Deputado Lafayette de Andrada relator do Requerimento nº 4.793/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Braulio Braz, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Minas e Energia para debater, em audiência pública, a tributação incidente na produção de água mineral no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2009.

Zé Maia, Presidente - Inácio Franco - Juarez Távora - Lafayette de Andrada.

Ata da 26ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 21/10/2009

Às 10h36min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Ruy Muniz, Deiró Marra, Carlin Moura e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ruy Muniz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência da Sra. Maria Eloísa da Silva e de outras servidoras públicas estaduais, referente a reivindicações funcionais. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.582/2009 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 3.770/2009 (Deputado Ruy Muniz); 3.772/2009 (Deputado Carlin Moura); 3.766/2009 (Deputada Gláucia Brandão), em turno único; e 3.662/2009 (Deputado Ruy Muniz), no 1º turno. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.261/2008 e 3.606/2009, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.743, 4.754, 4.784, 4.785, 4.786, 4.794, 4.795, 4.797, 4.799 e 4.802/2009; 4.800 e 4.801/2009 com as Emendas nº 1. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Luiz Carlos Bergamin, Prefeito Municipal de Extrema, e com a Sra. Maria Aparecida Cardoso, Secretária Municipal de Educação, pela implantação da maior escola rural do Estado, instalada no Bairro da Roseira, e também pela qualidade do ensino ministrado e dos equipamentos utilizados na referida escola; Ruy Muniz em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater as dificuldades enfrentadas pelas superintendências regionais de ensino, no que diz respeito ao "déficit" de servidores, o que prejudica o trabalho de contagem de tempo para fins de aposentadoria; Weliton Prado em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para conhecer o programa, em elaboração pelo governo federal, de aquisição de uniformes escolares para alunos das redes públicas de ensino e para discutir formas de participação do Estado e dos Municípios. Fica prejudicado requerimento do Deputado Carlos Gomes em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a atual situação da Uemg e as ações a serem implementadas para potencializá-la como universidade modelo do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2009.

Ruy Muniz, Presidente - Célio Moreira - Gláucia Brandão.

Ata da 24ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE REDAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 21/10/2009

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Braulio Braz e Dimas Fabiano, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Braulio Braz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dimas Fabiano, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar pareceres de redação final. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 888, 1.309/2007, 3.213, 3.255, 3.359, 3.550, 3.566, 3.625, 3.631, 3.632 e 3.679/2009 (Deputada Ana Maria Resende); 3.633, 3.649, 3.650, 3.652, 3.655, 3.659, 3.671, 3.674, 3.675, 3.676 e 3.687/2009 (Deputado Dimas Fabiano). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.309/2007, 3.255 e 3.679/2009 (relatora: Deputada Ana Maria Resende). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 888/2007, 3.213, 3.359, 3.550, 3.566, 3.625, 3.631, 3.632/2009 (relatora: Deputada Ana Maria Resende); 3.633, 3.649, 3.650, 3.652, 3.655, 3.659, 3.671, 3.674, 3.675, 3.676 e 3.687/2009 (relator: Deputado Dimas Fabiano). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2009.

Ronaldo Magalhães, Presidente - Lafayette de Andrada - Ademir Lucas.

Ata da 23ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE CULTURA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 21/10/2009

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Paulo Guedes e Vanderlei Jangrossi, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Vanderlei Jangrossi, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o potencial sociocultural das ações de formação em artes cênicas, em especial as que se utilizam das técnicas e do imaginário circenses. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Bete Arenque, Coordenadora de Dança e Circo do Programa Valores de Minas e Gerente Executiva do Programa Plug Minas; e Samira Ávila, Coordenadora Teatro e Circo do Programa Valores de Minas e Gerente Executiva do Programa Plug Minas, que são convidadas a tomar assento à mesa. A Presidente, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra às convidadas, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2009.

Gláucia Brandão, Presidente - Juninho Araújo - Maria Tereza Lara.

Ata da 4ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 21/10/2009

Às 15h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Jangrossi, Antônio Carlos Arantes e Domingos Sávio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Jangrossi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é

subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação na forma de projeto de resolução, apresentado, das Mensagens nºs 272 e 295/2008 (relator: Deputado Domingos Sávio, em virtude de redistribuição); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Resolução nºs 2.597/2008 na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e 2.619/2008 (relator: Deputado Antônio Carlos Arantes); e 2.910/2008 (relator: Deputado Vanderlei Jangrossi). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2009.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Chico Uejo - Carlos Gomes - Domingos Sávio.

Ata da 10ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 22/10/2009

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Wander Borges e Carlos Gomes (substituindo a Deputada Cecília Ferramenta, por indicação da Liderança do Bloco PMDB - PT - PCdoB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Wander Borges, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o Projeto de Lei nº 4.413/2008, de autoria do Poder Executivo Federal, que regulamenta o exercício da arquitetura e do urbanismo, cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU-BR - e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências, e de discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, o Presidente comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Lúcia Maria Modesto Pereira, Secretária Nacional de Renda de Cidadania, e dos Srs. Ronaldo Coutinho Garcia, Secretário de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e Paulo Mendes Soares, Prefeito Municipal de Ewbank da Câmara, publicados no "Diário do Legislativo" de 15/10/2009; e ofício da Câmara de Vereadores Voluntários de Caratinga - CVVC -, em que agradece o convite para participar da visita realizada em 19/10/2009 ao Promotor de Justiça da Comarca de Caratinga, Sr. Daniel Batista Mendes, e manifesta protesto contra o não acolhimento do pedido de audiência pública, nesse Município, para debater a construção de aeroporto, pela Usiminas, e a posterior instalação deste em Belo Oriente. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Maria Elisa Baptista, Diretora de Relações Institucionais do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, representando o Presidente, Sr. Gilson de Carvalho Queiroz Filho; os Srs. Jeferson Roselo Mota Salazar, Presidente do Sindicato dos Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro - Sindarq-RJ -; Ângelo Marcos Vieira de Arruda, Presidente da Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas - FNA -; Leandro Santos Sabbadini, arquiteto urbanista Conselheiro do Crea-MG; a Sra. Roberta Vieira Gonçalves de Souza, arquiteta e Conselheira do Crea-MG; e os Srs. Nilo Sérgio Gomes, Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado de Minas Gerais - Senge-MG -; e o arquiteto Mário Jorge de Las Casas, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlos Gomes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Registra-se, nesse momento, a presença do Deputado Paulo Guedes. Logo após, o Presidente passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Paulo Guedes (2) em que solicita sejam realizadas audiências públicas com a finalidade de debater o Decreto nº 44.035, de 2005, que disciplina a autorização para prestação de serviço fretado de transporte rodoviário intermunicipal de pessoas; e de discutir as penalidades aplicadas pelos órgãos ambientais aos pequenos produtores rurais do Norte do Estado; e Almir Paraca em que solicita seja realizada audiência pública destinada a obter informações sobre as atuais condições de funcionamento das unidades de atendimento da Fundação Educacional Caio Martins - Fucam - após as intervenções executadas pela diretoria nomeada em dezembro de 2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2009.

Ademir Lucas, Presidente - Getúlio Neiva - Padre João - Wander Borges.

Ata da 10ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 27/10/2009

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Antônio Carlos Arantes e Carlos Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Gomes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o apoderamento e o tráfico de mulheres e o turismo sexual no Estado e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Luisa A. S. Sherezada Vicioso Sánchez, Embaixadora encarregada da Seção de Assuntos da Mulher, Criança, Juventude e Idosos da ONU-OEA; Miguelina Vecchio, Presidente Nacional da Ação da Mulher Trabalhista do PDT-AMT- e Vice-Presidente da Internacional Socialista de Mulheres para a América Latina Sul -ISM-; Sirley Soares Soalheiro, Presidente da AMT do PDT-MG e representante da AMT na Conferência Permanente de Partidos Políticos na América Latina e Caribe; e Adriana Ribeiro Barbosa, Secretária Executiva para Assuntos da Mulher do PDT de Belo Horizonte e Consultora Jurídica da AMT do PDT nacional, e que são convidadas a tomar assento à mesa. Registra-se a presença do Deputado Doutor Ronaldo. Na qualidade de coautor do requerimento que deu origem ao debate, o Presidente tece suas considerações iniciais. Em seguida, passa a palavra ao Deputado Carlos Gomes, também coautor do requerimento, para suas considerações. Logo após, passa a palavra às convidadas, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Gomes em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a importância da reativação dos trens turísticos e de passageiros entre os Municípios de Belo Horizonte, Ibirité, Sarzedo, Mário Campos, Brumadinho, Moeda, Jeceaba, Belo Vale, Congonhas e Conselheiro Lafaiete para o desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte e da região de Paraopeba e a possibilidade de ampliação das ações turísticas e culturais; e Tenente Lúcio, Carlos Gomes, Antônio Carlos Arantes e Doutor Ronaldo em que solicitam sejam encaminhadas ao Congresso Nacional sugestões para elaboração de projeto de lei que reprima o tráfico de pessoas e o turismo sexual. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2009.

Tenente Lúcio, Presidente - Fábio Avelar - Carlos Gomes.

Ata da 28ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 28/10/2009

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Fahim Sawan e Adalclever Lopes (substituindo o Deputado Vanderlei Miranda, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Rêmol

Aloise. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fahim Sawan, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e a votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Paulo Alkmin, Ouvidor de Polícia do Estado, informando que a denúncia nº 22.117 foi remetida ao Chefe de Polícia para apurar os fatos narrados e Rodrigo Rigamonte Fonseca, Juiz Federal Substituto da 12ª Vara-SJMG, em exercício da titularidade, publicada no "Diário do Legislativo" em 22/10/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Durval Ângelo (5), em que solicita seja encaminhada ao Deputado Mário Heringer, coordenador da bancada mineira no Congresso Nacional, para tomada de providências, cópia das notas taquigráficas da reunião realizada em 27/10/2009; seja encaminhada, para conhecimento, ao Ministério da Justiça, à Procuradoria da República no Estado, à Defensoria Pública da União no Estado, à Superintendência Regional da Polícia Federal, à Superintendência de Seguros Privados no Estado e à Associação de Proteção Entre Amigos dos Transportadores de Cargas de Minas Gerais - Ascarg - cópia das notas taquigráficas dessa reunião; seja encaminhado à Presidência da República pedido de remessa oficial da documentação referente ao programa Procaminhoneiro; seja encaminhada à Ascarg cópia em vídeo da reunião realizada em 27/10/2009; seja realizada reunião de audiência pública, com convidados que menciona, para averiguar denúncias de desrespeito a direitos de pessoas portadoras de deficiência visual. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2009.

Durval Ângelo, Presidente.

MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 97ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 28/10/2009

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em redação final: Projetos de Lei nºs 2.556/2008, da Deputada Gláucia Brandão, 2.962/2009, do Governador do Estado, 3.149/2009, do Deputado Fábio Avelar, 3.300/2009, do Deputado Domingos Sávio, e 3.515/2009, do Deputado André Quintão, e Projeto de Resolução nº 3.841/2009, da Mesa da Assembleia.

ORDEM DO DIA

Ordem do Dia da 20ª Reunião Ordinária da Comissão DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 3/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.368/2009, do Deputado João Leite.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Domingos Sávio, Elmiro Nascimento, Lafayette de Andrada, Neider Moreira e Padre João, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/11/2009, às 10 horas, na Câmara Municipal de Além Paraíba, para debater, em audiência pública, com a presença de diversos convidados, a implantação da hidrelétrica de Simpício, no Rio Paraíba do Sul, e seus reflexos na qualidade dos serviços públicos essenciais prestados na região, com incremento na arrecadação tributária para os Municípios atingidos; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2009.

Délio Malheiros, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.792/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação dos Catadores Itajubenses de Materiais Recicláveis - Acimar -, com sede no Município de Itajubá.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.792/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Catadores Itajubenses de Materiais Recicláveis - Acimar -, com sede no Município de Itajubá, entidade sem fins lucrativos que tem por escopo apoiar e defender os interesses dos catadores de material reciclável.

Na consecução de seu propósito, essa Associação promove a troca de informações e conhecimentos sobre reciclagem e preservação do meio ambiente, por meio de palestras, fóruns, seminários e campanhas educativas; apoia a criação de cooperativas; facilita a inserção de seus associados no mercado de trabalho, protegendo-os dos atravessadores e dos intermediários exploradores, além de manter serviços de assessoria jurídica para defesa dos interesses dos associados.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.792/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2009.

Walter Tosta, relator.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 888/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 888/2007, de autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, que declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade dos Cancans - Appruccan -, com sede no Município de Ilícinea, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 888/2007

Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade dos Cancans - Appruccan -, com sede no Município de Ilícinea.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade dos Cancans - Appruccan -, com sede no Município de Ilícinea.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ana Maria Resende, relatora - Dimas Fabiano.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.556/2008

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.556/2008, de autoria da Deputada Gláucia Brandão, que dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de brinquedos adaptados para crianças portadoras de deficiência nos locais que especifica, foi aprovado em 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.556/2008

Acrescenta o art. 5º-A à Lei nº 17.785, de 23 de setembro de 2008, que estabelece diretrizes para facilitar o acesso da pessoa portadora de deficiência ou com dificuldade de locomoção aos espaços de uso público no Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A Lei nº 17.785, de 23 de setembro de 2008, fica acrescida do seguinte art. 5º-A:

"Art. 5º-A - O espaço para recreação existente em área de lazer aberta ao público disporá de equipamentos e brinquedos adaptados para crianças portadoras de deficiência ou com dificuldade de locomoção."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2009.

Ronaldo Magalhães, Presidente - Ademir Lucas, relator - Lafayette de Andrada.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.962/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.962/2009, de autoria do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com José Barcelos Costa os imóveis que especifica, foi aprovado no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.962/2009

Autoriza o Poder Executivo a permutar com José Barcelos Costa e Márcia Xavier Barcelos Costa o imóvel que especifica, situado no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a permutar imóvel com área de 2.530,83m² (dois mil quinhentos e trinta vírgula oitenta e três metros quadrados), situado na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, entre as estacas 36 + 8m e 49 + 10m - estaqueamento do projeto DER-MG Via Expressa Leste-Oeste - trecho Anel Rodoviário - Avenida III - lote 10 -, em Belo Horizonte, remanescente de área de 34.111m² (trinta e quatro mil cento e onze metros quadrados) desapropriada para a construção da Via Expressa Leste-Oeste, matriculado sob o nº 18.495 no Livro 2, no Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte, por imóvel de propriedade de José Barcelos Costa e Márcia Xavier Barcelos Costa, constituído pelos lotes nºs 2 e 3-A da quadra 14, 5ª seção, do Bairro São Francisco, em Belo Horizonte, registrados sob os nºs 66.008 e 72.198, respectivamente, no Livro 2, no Cartório do 6º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte.

Art. 2º - A permuta a que se refere o art. 1º far-se-á sem torna para as partes.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2009.

Ronaldo Magalhães, Presidente - Ademir Lucas, relator - Lafayette de Andrada.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.149/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.149/2009, de autoria do Deputado Fábio Avelar, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Laranjal o imóvel que especifica, foi aprovado no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.149/2009

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Laranjal o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Laranjal imóvel com área de 10.000m² (dez mil metros quadrados), situado no Distrito de São João da Sapucaia, naquele Município, registrado sob o nº 19.716, a fls. 100 do Livro 3-Z, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Muriaé.

Parágrafo único - O imóvel a que se refere o "caput" destina-se ao funcionamento da Escola Municipal Artur Antônio Alves e à construção de uma quadra poliesportiva.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2009.

Ronaldo Magalhães, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - Ademir Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.300/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.300/2009, de autoria do Deputado Domingos Sávio, que altera a destinação prevista para o imóvel doado ao Município de Ijaci nos termos da Lei nº 11.620, de 4 de outubro de 1994, foi aprovado no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.300/2009

Altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 11.620, de 4 de outubro de 1994, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Ijaci.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O imóvel de que trata a Lei nº 11.620, de 4 de outubro de 1994, passa a destinar-se à construção de casas populares.

Parágrafo único - O imóvel a que se refere este artigo reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da data de publicação desta lei, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no "caput".

Art. 2º - Fica revogado o art. 2º da Lei nº 11.620, de 1994.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2009.

Ronaldo Magalhães, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - Ademir Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.478/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.478/2009, de autoria do Deputado André Quintão, que declara de utilidade pública a Associação Cultural Ponto de Partida, com sede no Município de Barbacena, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.478/2009

Declara de utilidade pública a Associação Cultural Ponto de Partida, com sede no Município de Barbacena.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural Ponto de Partida, com sede no Município de Barbacena.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ana Maria Resende, relatora - Ronaldo Magalhães.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.515/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.515/2009, de autoria do Deputado André Quintão, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 14.599, de 2003, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Matias Barbosa o imóvel que especifica, foi aprovado no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.515/2009

Concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 14.599, de 23 de janeiro de 2003, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Matias Barbosa o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica concedido ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 14.599, de 23 de janeiro de 2003, o prazo de cinco anos contados da publicação desta lei para a consecução das obras destinadas à construção de casas populares a que se refere o parágrafo único do art. 1º daquela lei.

Art. 2º - O imóvel de que trata a Lei nº 14.599, de 2003, reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo previsto no art. 1º desta lei, não tiver sido cumprido o disposto no parágrafo único do art. 1º daquela lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2009.

Ronaldo Magalhães, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - Ademir Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.534/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.534/2009, de autoria do Deputado Rêmoló Aloise, que declara de utilidade pública a entidade Fundação Educativa e Cultural de Monte Belo, com sede no Município de Monte Belo, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.534/2009

Declara de utilidade pública a Fundação Educativa e Cultural de Monte Belo, com sede no Município de Monte Belo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Fundação Educativa e Cultural de Monte Belo, com sede no Município de Monte Belo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ana Maria Resende, relatora - Ronaldo Magalhães.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.603/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.603/2009, de autoria do Deputado Almir Paraca, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Cultural e Filantrópica de Douradoquara - ACFD -, com sede no Município de Douradoquara, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.603/2009

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Cultural e Filantrópica de Douradoquara - ACFD -, com sede no Município de Douradoquara.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Cultural e Filantrópica de Douradoquara - ACFD -, com sede no Município de Douradoquara.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ronaldo Magalhães, relator - Ana Maria Resende.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.661/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.661/2009, de autoria do Deputado Almir Paraca, que declara de utilidade pública a Corporação Musical Santa Bárbara, com sede no Município de Guaranésia, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.661/2009

Declara de utilidade pública a Corporação Musical Santa Bárbara, com sede no Município de Guaranésia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Corporação Musical Santa Bárbara, com sede no Município de Guaranésia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Ronaldo Magalhães, relator - Ana Maria Resende.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.676/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.676/2009, de autoria do Deputado Padre João, que declara de utilidade pública a Associação dos Apicultores de Ouro Branco - Apiouro -, com sede no Município de Ouro Branco, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.676/2009

Declara de utilidade pública a Associação dos Apicultores de Ouro Branco - Apiouro -, com sede no Município de Ouro Branco.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Apicultores de Ouro Branco - Apiouro -, com sede no Município de Ouro Branco.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Dimas Fabiano, relator - Ana Maria Resende.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.687/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.687/2009, de autoria do Deputado Vanderlei Jangrossi, que declara de utilidade pública a Central de Associações dos Produtores Rurais do Projeto Jaíba - Centraljai -, com sede no Município de Jaíba, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.687/2009

Declara de utilidade pública a Central de Associações dos Produtores Rurais do Projeto Jaíba - Centraljai -, com sede no Município de Jaíba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Central de Associações dos Produtores Rurais do Projeto Jaíba - Centraljai -, com sede no Município de Jaíba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2009.

Braulio Braz, Presidente - Dimas Fabiano, relator - Ana Maria Resende.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 28/10/2009, as seguintes comunicações:

Do Deputado Elmiro Nascimento notificando o falecimento do Sr. Valter de Souza, ocorrido em 25/10/2009, em de Patos de Minas. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Elmiro Nascimento notificando o falecimento do Sr. Roberto Marques de Carvalho Dias, ocorrido em 27/10/2009, em Poços de Caldas. (- Ciente. Oficie-se.)

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 29/10/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Jayro Lessa

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 29/10/09, que nomeou Maria de Fátima Salgado Rodrigues para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;

nomeando José Alberto Rodrigues para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Comunitária Nova Geração de Radiofusão. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Licitação: art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

ERRATA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.248

Fica sem efeito a publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 29/10/2009, na pág. 43, col. 2.